

Por um projeto nacional

CARLOS VOGT

A dimensão continental, os grandes espaços vazios, as reservas extraordinárias de riquezas naturais, o sol permanente, a água abundante, a gente vária e positiva e o mito, principalmente o da nova Canaã, levaram o Brasil à crença de que inabalavelmente caminhará para um destino de primazia mundial. Esses elementos podem ser indicadores de uma grande Nação futura, mas não são tudo. Basta ver o Japão, com seus cataclismos, dimensões modestas, escarpas estéreis e um povo que se aperta entre guerras recorrentes. E, no entanto, é a grande nação emergente desta segunda metade do século. Por quê?



Simplificando os termos do fenômeno, percebe-se que o triunfo japonês se fez rápida e decisivamente graças ao domínio da manufatura de fina extração tecnológica — hoje, o valor real de sua imensa produção pouco tem que ver com o custo nominal das matérias-primas, mas, sim, com o custo intelectual da idealização de cada artefato. Em segundo lugar, vem o poder de larga reprodutibilidade desses artefatos — quer dizer, alta produtividade humana — e, por último, mas não menos importante, a capacidade de traçar políticas de inserção internacional em ampla escala, o que significou, num estágio anterior, a disposição de formular diretrizes internas de longo prazo.

Chegamos ao ponto: sem políticas internas objetivas não há hipótese de soerguimento externo de nenhuma nação — por mais promissora que seja. Não será um truismo dizer que tais políticas, se sérias e de efeitos duradouros, só lateralmente passam pelo controle da inflação, dos juros, dos preços e dos salários? Pois estas são eructações do que se passa nos intesti-

nos da vida real do País, onde se dá o verdadeiro metabolismo social. Não é preciso ser médico nem economista para saber que elas não são a causa, mas consequência de desarranjos estruturais, lá onde as políticas consistentes devem agir.

Não é o caso de duvidar das boas intenções do governo. O que é preciso, porém, é nos convencermos de que o País não está estruturalmente fragilizado por motivos de imponderabilidade econômica nem porque nossos “dominadores históricos” assim o quiseram. Mas porque, imprevidentes e desarticulados, não raro corruptos, sucessivos governos permitiram a emergência de imensas massas humanas despreparadas, inconscientes e desprotegidas. Nem o mais arrebatado messianismo pode extrair uma Canaã de uma sociedade com 21% de analfabetos absolutos, outro tanto de analfabetos técnicos, a maioria das crianças fora da escola, boa parte delas literalmente nas ruas.

Há uma grande obviedade em dizer que o País de amanhã será um compósito das potencialidades humanas em preparação. Mas quanto dessas potencialidades poderá aflorar sadicamente? Pior que hoje, imensas hordas se arrastarão pelas ruas em busca de emprego aviltante, salário baixo, comida escassa e líderes messiânicos. Não é o retrato de um país que aspira à modernidade.

Que se busquem os ajustes de curto prazo. Que se ordene a economia, se domestique o déficit, se negocie a dívida e se pacifique a política. Que se façam os pactos necessários. Mas, urgentemente e com largueza de espírito, se pense um projeto global para o País. Um projeto para 20, 30 anos, para o espaço de uma geração. A sociedade — ou a parte consciente dela — saberá reconhecer o mérito desse esforço e forçará os governos futuros ao indispensável exercício da continuidade. Sem isso, nada feito.

□ Carlos Vogt é reitor da Unicamp